



Não tenham medo da agricultura

**Agricultores sul-africanos
querem investir em Mocambique**

- Pág. 2 >>>



**FENAGRI e APIEX
exploram parcerias**

- Pág. 4 >>>



Agricultores sul-africanos querem investir em Moçambique



Agricultores sul-africanos estão interessados em investir na área da agricultura em Moçambique. O desejo foi expresso, recentemente, no decurso de um encontro realizado, em Maputo, entre a Federação das Associações Agrárias de Moçambique (FENAGRI), e uma representação da União

Nacional dos Farmeiros da África do Sul (NAFU).

Na ocasião, o Presidente da NAFU, Jabu Malhangu, mostrou-se maravilhado pelas potencialidades agrícolas do nosso país, deixando assente que a organização que dirige tudo fará para a materialização do desejo.

Ele prometeu que a NAFU vai, ainda, for-

mar agricultores nacionais nas mais diversas áreas, com destaque para o acesso aos mercados.

Por seu lado, o Presidente da FENAGRI, Hernâni Mussanhane, manifestou o interesse dos agricultores moçambicanos em buscar experiências dos seus pares do país vizinho, tendo como propósito

alavancar o sector da agricultura nacional, a par da capacitação dos agricultores no domínio de acesso aos mercados e transferência de tecnologias.

Brevemente, as duas partes vão rubricar, na África do Sul, um acordo visando dar corpo às intenções manifestadas no encontro de Maputo.

CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

União dos Farmeiros sul-africanos pede apoio à FENAGRI

A União Nacional dos Farmeiros da África do Sul manifestou o desejo de contar com o apoio da FENAGRI para a sua capacitação institucional, tendo, a propósito, elogiado o alto nível de organização e funcionamento na Federação das Associações Agrárias de Moçambique.

O desejo foi manifestado, recentemente, pelo Presidente daquela agremiação, Jabu Malhangu, durante um frente a frente entre as duas organizações de agricultores, que teve lugar em Maputo.

Reagindo ao pedido, o Presidente da FENAGRI,



Presidente da FENAGRI, Hernâni Mussanhane & Presidente da NAFU, Jabu Malhangu

Hernâni Mussanhane, manifestou total disponibilidade da sua agremiação em apoiar a sua congénere sul-africana, sendo que os detalhes desta

pretensão serão discutidos, brevemente, na visita que uma delegação da FENAGRI vai realizar à África do Sul, a convite da NAFU.



FENAGRI

Visão

Ser uma referência na implementação de tecnologias de produção agro-industrial e fornecimento de serviços especializados aos seus associados.

Missão

- » Promover o desenvolvimento do sector agrário do país;
- » Defender e representar a categoria económica do sector de agronegócio e agroindústria, inspirando-se na solidariedade social, na livre iniciativa, no direito de propriedade, na economia do mercado e nos interesses do país;
- » Coordenar a actuação das associações e produtores agrários, principalmente na busca de soluções para as questões relativas às actividades do sector;
- » Estimular as associações e produtores agrários para projectos que viabilizem o desenvolvimento económico e resiliente do sector;
- » Buscar, através da assistência técnica, aumento da produção e da produtividade das pequenas, médias e grandes empresas agrárias, mediante a adopção de tecnologias apropriadas.

Valores

Em todas as suas actividades a FENAGRI é guiada pelos seguintes princípios:

- » Confiança
- » Lealdade
- » Inclusividade
- » Integridade
- » Inovação
- » Excelência
- » Liberdade intelectual
- » Essência
- » Respeito
- » Responsabilidade individual e colectiva
- » Profissionalismo
- » Transparência



Director da AJAP (Eng. Firmino Cordeiro) e Presidente da FENAGRI (Hernani Mussanhane) no acto da assinatura do Memorando de Entendimento

FENAGRI e AJAP apostados na formação

A Federação Nacional das Associações Agrárias de Moçambique (FENAGRI), e a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), vão priorizar a área de formação, ao abrigo de um Memorando de Entendimento, assinado entre as partes, no passado dia 31 de Agosto, em Maputo.

O instrumento foi rubricado pelo Presidente da FENAGRI, Hernani Mussanhane, e pelo Di-

rector-Geral da AJAP, Firmino Cordeiro.

O protocolo abrange ainda os domínios da assistência técnica e apoio às organizações, associações e cooperativas associadas à FENAGRI, assistência técnica e serviços de aconselhamento e consultoria aos empresários agrícolas, bem como a organização de missões e acções que sejam do interesse de ambas as partes.

As duas partes acordaram ainda na per-

muta regular de informação que considerem relevante sobre os respectivos países, nomeadamente em termos de detecção de oportunidades de investimentos e de novas vias de cooperação.

Para tanto, a FENAGRI e a AJAP providenciarão missões empresariais, seminários, acções de formação profissional, entre outras actividades, tendo por base a problemática empresarial, a cadeia de valor associada a cada

produto, objectivando a promoção da cooperação entre Portugal e Moçambique.

A FENAGRI e a AJAP apoiarão o desenvolvimento das explorações agropecuárias existentes em Moçambique, a instalação de jovens agricultores dos dois países que pretendam operar em regime de parceria, contemplando, em quaisquer situações, a elaboração de projectos, acompanhamento, assistência técnica, formação pro-

fissional, e recomendação de uso racional dos factores de produção atendendo à preservação dos recursos naturais, lê-se no Memorando.

Refira-se que a assinatura do Memorando foi honrada pela presença da Ministra da Agricultura de Portugal, Maria do Céu Antunes, do Director-Geral da Agência do Zambeze, Roberto Albino, bem como do Presidente da Bolsa de Valores de Moçambique, Salimo Valá.

FENAGRI e APIEX exploram parcerias

A Federação Nacional das Associações Agrárias de Moçambique (FENAGRI) e a Agência para a Promoção de Investimentos e Exportações (APIEX) lançaram, recentemente, em Maputo, as bases para o estabelecimento de parcerias em vários domínios de interesse comum.

Com efeito, o Presidente da FENAGRI, Hernâni Mussanhane, foi recebido, no dia 16 de Setembro corrente, pelo Director-Geral da APIEX, Gil Bires, com quem identificou as áreas em que as duas instituições irão passar a cooperar.

Na ocasião, tanto Mussanhane quanto Bires, convergiram na necessidade de uma maior capacitação dos agricultores nacionais e estrangeiros sobre o manancial de legislação disponível para os investimentos, bem como os incentivos aprovados pelo Governo para o sector.

“Há muita falta de



Presidente da FENAGRI (Hernani Mussanhane), Director da APIEX (Gil Bires) e Coordenadora Regional Adjunta da FENAGRI (Piona Chongo)

informação sobre a lei de investimento e outros instrumentos legais que concedem facilidades ao sector agrícola. Existe um quadro de incentivos fiscais muito atractivos para investimentos nas pescas e na agricultura, mas os

beneficiários não têm conhecimento”, anotou Bires.

Na ocasião, o Presidente da FENAGRI formulou um convite para a APIEX passar a divulgar todo o pacote legislativo sobre os investimentos aos seus associados.

Mussanhane prometeu também partilhar o banco de dados das associações agrárias filiadas à agremiação que dirige de modo a buscarem-se parcerias com investidores estrangeiros na área da agricultura.

Por seu turno, Bires

convidou a FENAGRI a participar no Fórum de Negócios Moçambique/Finlândia a realizar-se brevemente em Maputo, bem assim na próxima edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM) a ter lugar em Agosto de 2023.

Parceiros:





Autoridade
Reguladora da
Concorrência

Ciclo de Capacitação Empresarial

Seminário de Divulgação da ARC e do Quadro Legal da Concorrência



Informe-se melhor sobre o **Regime Jurídico da Concorrência em Moçambique** para uma actividade empresarial segura e legal.

Inscreva-se neste seminário a ser orientado pela **Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC)** sobre os aspectos legais e práticos dos instrumentos da concorrência.

Detalhes do Seminário

Local: Auditório do BCI
Data: 06 de Outubro de 2022
Hora: 09h00
Duração: 3 horas

Temáticas

- Atribuições da ARC
- Quadro Legal
- Práticas Proibidas/Anti concorrenciais
- Controlo de Concentrações de Empresas
- Sanções

Inscrição: gae@cta.org.mz

Governo e Sector Privado analisam as Medidas Fiscais no âmbito do PAE



O Ministro da Economia e Finanças, Ernesto Max Tonela, reuniu-se com o Sector Privado para analisar as medidas de índole fiscal no âmbito do Pacote de Medidas de Aceleração Económicas, anunciadas pelo Governo.

REDUÇÃO DA CARGA FISCAL E UNIFICAÇÃO DO SUBSISTEMA DE IMPOSTOS AUTÁRQUICOS

Sobre esta matéria, o Presidente da CTA, Agostinho Vuma, começou por congratular as recentes medidas, porquanto mostram

uma nova abordagem, buscando reduzir a carga tributária.

As análises do Sector Privado sobre o sistema fiscal nacional e que a CTA submeteu ao Ministério da Economia e Finanças têm mostrado que a carga tributária actual sobre as empresas moçambicanas é de 36.1% e está acima da carga tributária da maior parte dos países em vias de desenvolvimento. Este nível de carga tributária está muito próxima da curva de Laffer que são 36.67%. Isto mostra que, se a carga tributária continuar a au-

mentar e ultrapassar este limite (36.67%), o agravamento das taxas e impostos sobre as empresas terá um efeito negativo sobre o volume de receitas públicas.

Esta aproximação da carga tributária ao ponto máximo deve-se, em parte, a actual estrutura do sistema tributário, que tem tendências a federalização da política tributária moçambicana. Isto porque que cada sector ou ministério tem a prerrogativa de administrar taxas ou encargos tributários consignatários para atender aos problemas

sectoriais sem, necessariamente, passar por uma análise do nível de carga já suportado pelas empresas. Este cenário torna a política tributária mais complexa e de difícil controlo, o que acaba influenciando negativamente sobre o desempenho do sector privado.

Assim, é recomendável o sistema tributário seja revisto de forma que os limites prudenciais das Pequenas e Médias Empresas não sejam ultrapassados.

Uma primeira intervenção, a CTA propôs que o Ministério da Economia e Finanças

assuma a responsabilidade de avaliar o panorama geral de tributação sobre as empresas e monitorar os limites prudenciais de carga tributária, para cada imposto e/ou taxa que se pretenda introduzir. Portanto, sob ponto de vista da sua condução, é preciso que a política tributária seja centralizada no Ministério da Economia e Finanças eliminando ou reduzindo a prerrogativa que as entidades sectoriais têm de administrar um processo de tributação autónomo para a mobilização de receitas.

A liderança do Ministério de Economia e Finanças pode incluir a unificação do subsistema de impostos autárquicos de idêntica natureza e objectivos, com adequada partilha de receita entre os diferentes níveis do Governo. Isto conduziria para a consequente integração administrativa, sistematização e unificação, a prazo curto, dos procedimentos tributários - hoje múltiplos e dispersos - entre os níveis central e municipal, no âmbito do registo, licenciamento, liquidação, pagamento e fiscalização dos vá-

rios tipos de impostos, taxas e licenças que recaem sobre os pequenos operadores económicos.

Veja no link abaixo, o estudo sobre a optimização da política fiscal:

SOBRE A REDUÇÃO DOS IVA E DO IRPC

Relativamente ao PAE, e no que respeita a recente redução do IVA de 17% para 16%, o Sector Privado defende que esta redução na mesma proporção seja feita sobre os IVA's especiais na electricidade e água.

Propõe ainda a criação de mecanismos de compensação de dívidas tributárias, como forma de evitar atrasos nos pagamentos do IVA, que ao longo dos últimos anos tem afectado a tesouraria de muitas empresas.

Ainda sobre o PAE, o Sector Privado vê de muito bom grado a redução do IRPC de 32% para 10% para o sector da agricultura, que é uma medida que já vinha solicitando a sua reposição.

Aqui, reforça a necessidade que o conceito da agricultura seja considerado o sector agrário. Adicionalmente, este incentivo ao sector de transportes rodoviários deve ser extensivo aos transportes rodoviários de carga interprovincial e interdistrital. A nível dos transportadores urbanos de passageiros, o Sector Privado sugere a isenção do IRPC, com vista a atrair maior formalização deste sector.

INCENTIVOS FISCAIS PARA NOVOS INVESTIMENTOS EM SECTORES CHAVES

Sobre os incentivos fiscais para novos in-



Presidente do CTA, Agostinho Vuma

vestimentos em sectores chave realizados nos próximos 3 anos propõe, em primeiro lugar, a extensão destes incentivos a investimentos já implementados em zonas afectadas pelos ciclones e insurgentes.

Apesar destas medidas adoptadas pelo Governo, a nível das reformas fiscais ainda residem preocupações a nível do sector empresarial, sobre as quais, o

Presidente da CTA destacou:

A necessidade de revisão das taxas do IRPC e IRPS para todos os sectores de actividade;

A isenção do IVA em todas as transmissões de produtos agrícolas seja uma realidade;

A Revisão do Imposto sobre o Consumo Específico, cuja vigência termina este ano, e até então o sector privado não teve acesso a uma

proposta;

A taxa liberatória no sector da agricultura seja reduzida de 20% para 10%; A Revisão da Pauta Aduaneira, como um mecanismo para permitir a aplicação dos incentivos fiscais aos agro-industriais locais que utilizem matérias-primas adquiridas localmente, bem como servir de um mecanismo de desenvolvimento da indústria nacional.

Mussanhane defende cooperativismo empresarial

O Presidente da Federação das Associações Agrárias de Moçambique (FENAGRI), Hernâni Mussanhane, defendeu ser urgente que as associações agrícolas se organizem em cooperativas empresariais para que possam ter acesso a várias formas de financiamento e tenham a produção orientada para o mercado.

Mussanhane falava, recentemente, na cidade do Chókwè, em Gaza, na Conferência da Associação de Jovens Agricultores do Chókwè



Painel da conferência Jovens Agricultores de Chókwè

(AJAC), e da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), que se realizou sob o lema

Jovens Agricultores da Dinamização do Agro em Chókwè.

Segundo explicou, as

taxas de juro são muito altas, variando entre os 28 e 30 por cento, na banca comercial, facto

que disse tornar impossível que os produtores sejam viáveis.

“Não conseguimos pagar com as nossas obrigações e gerar lucros”, lamentou.

O Presidente da FENAGRI acrescentou que a actual percentagem de crédito agrário em Moçambique é baixa, e que, do total do crédito aprovado no país, menos de cinco por cento corresponde à agricultura, numa altura em que o sector agrícola contribui com cerca de 1/4 para o PIB em Moçambique.



SEMENTES SEGURADAS DA PHOENIX

A sua machamba em segurança.



Suas sementes seguradas contra **longas estiagens**



Suas sementes seguradas contra **grandes chuvas**

A semente segurada garante que o produto possa receber **novas sementes** caso a sua machamba sofra devido a problemas causados pelo clima, como grandes chuvas e longas estiagens.

Como Registrar as suas Sementes:

1º PASSO	Entre no campo de mensagem, digite * e envie para 872108133 .	MENSAGEM	Parabéns! Você acabou de registrar um pacote de semente. O registo está completo.
2º PASSO	O sistema vai perguntar em que língua quer proceder. Digite 1 para Português, 2 para Lomwe ou 3 para Chimanyica.	IMPORTANTE	Se não tiver mais pacotes para registrar, pode parar por aqui. Caso tenha mais pacotes por registrar, continua seguindo os passos 6 e 7 .
3º PASSO	Digite o código da sua senha e envie para o mesmo número. Esta senha será entregue pelo agrodealer assim que você efectuar a compra da semente.	6º PASSO	Digite * e envie para o número indicado.
4º PASSO	De seguida você deve digitar apenas o seu nome e apelido , depois enviar. Exemplo: João Langa (não é necessário digitar mais do que dois nomes).	7º PASSO	Digite o código do outro pacote de semente que pretende registrar.
5º PASSO	Na próxima mensagem você deve indicar o código do seu agrodealer ou, se for um produtor assistido pelo CLUSA PROMAC, o código do seu produtor líder do PROMAC . Se não sabe o código, pergunte ao agrodealer onde comprou a semente ou o seu produtor líder.	MENSAGEM	Parabéns! Você acabou de registrar mais um pacote de semente.
		IMPORTANTE	Repita os passos 6 e 7 para cada novo pacote de semente que quiser registrar.

Em caso de dúvidas fale com o seu agrodealer ou envie a palavra AJUDA para 87 210 8133

FENAGRI e Conselho Empresarial de Manica estreitam relações

A Federação Nacional das Associações Agrárias de Moçambique (FENAGRI) e o Conselho Empresarial Provincial de Manica (CEPM) vão estreitar relações em vários domínios.

O compromisso foi firmado no decurso de um recente encontro realizado entre as duas agremiações, em Maputo, em que a FENAGRI esteve representada pelo seu Presidente, Hernâni



Mussanhane, e a contraparte por Alcides

Cintura, Presidente do Conselho que integra

os empresários daquela província central do

nosso país.

Entre os assuntos que estiveram no centro das discussões, destaca-se a necessidade da organização dos agricultores em cooperativas, aspectos ligados à formação, entre outros.

O encontro contou com a participação das coordenadoras do Agronegócio da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), e do CEP de Manica, Célia Ribeiro, respectivamente.

Agricultura afectada pela subida de preços dos combustíveis



Luís Lifanissa, Chefe de Gabinete da FENAGRI

O sector da agricultura, no nosso país, continua a ressentir-se da subida de preços dos combustíveis, segundo declarou, recentemente, em Maputo, Luís Lifanissa, Chefe do Gabinete da Federação Nacional das Associações Agrárias de Moçambique – FENAGRI.

Lifanissa, que falava como orador numa Conferência Nacional que debateu o impacto da subida de preços dos combustíveis, apontou, como exem-

plo, dados da Associação dos Agricultores da Moamba, que indicam que os custos de lavoura, gradagem e sulcagem de um hectare de culturas que exigem apenas uma operação, estavam orçados em 7500,00 meticais, contra os actuais 12.500,00.

Reconheceu estar em vigor um diploma legal que subsidia os combustíveis para empresas ou associações que tenham uma contabilidade organizada, ressaltando, porém, que a

maioria dos pequenos agricultores e associações não têm sistemas organizados de contabilidade, facto que não a torna elegível.

Durante o evento, os participantes pronunciaram-se a favor das medidas anunciadas pelo Governo para mitigar o efeito da alta de preços no nosso país, embora tenham deixado expressa a necessidade do sector privado avaliar cada medida e como as mesmas serão implementadas.

ESPERIENZA **GLOBALE**

GLOBAL EXPERIENCE



BOLOGNA **9 -13** NOVEMBRE/NOVEMBER **2022**

eima
international
T W E N T Y - T W O

ESPOSIZIONE INTERNAZIONALE DI MACCHINE
PER L'AGRICOLTURA E IL GIARDINAGGIO
INTERNATIONAL AGRICULTURAL
AND GARDENING MACHINERY EXHIBITION

I saloni/Showcases
eima componenti
eima digital
eima energy
GREEN
IDROTECH
www.eima.it

Organizzata da/Organized by



In collaborazione con/In collaboration with



Contatti/Contact: 00159 Roma - Via Venafrò, 5 - Tel. (+39) 06.432.981 - eima@federunacoma.it

PRESIDENTE FILIPE NYUSI

Não tenham medo da agricultura



Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi

O Presidente da República, Filipe Nyusi, lançou, recentemente, um repto para uma maior aposta na agricultura em Moçambique, chegando mesmo a afirmar que “vamos produzir trigo [...] e é possível”.

O Chefe de Estado

falava durante o lançamento do Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE), num acto em que anunciou a redução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), dos actuais 17 por cento para 16 por cento.

A redução do IVA, segundo Nyusi, visa es-

tabelecer a diminuição gradual da carga tributária para dinamizar a economia e melhorar o poder de compra das famílias.

Para o efeito, o governo deverá submeter a proposta de revisão do Código do IVA para debate, na Assembleia da

República (AR) – o parlamento moçambicano.

“Aquilo que depende de leis, do judiciário, do legislativo, nós iremos [cumprir com as regras] e vamos dizer aquilo que nós queremos que aconteça”, disse, citado pela AIM.

Nyusi afirmou que o

IVA fica isento em caso de importação de factores de produção para a agricultura e electrificação, visando baixar os custos dos insumos agrícolas para aumentar a produção e competitividade, e promover mais investimento nas energias renováveis para acelerar o seu acesso, em particular nas zonas rurais.

IRPC BAIXOU

Outra medida anunciada pelo Chefe de Estado é a redução do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC), de 32 por cento para 10 por cento nos sectores de agricultura, aquacultura, e transportes urbanos.

Nyusi disse que a diminuição do IRPC visa melhorar a competitividade dos três sectores, o que lhes vai tornar “mais atractivos ao investimento privado, e redução do défice como também o custo do transporte público para as nossas populações”.

FENAGRI participa do diálogo sobre a Biodiversidade e Desenvolvimento

A UNIÃO Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) realizou, no início do mês, em Maputo, o segundo seminário de diálogo multisectorial sobre a implementação dos compromissos voluntários em Moçambique. Tratou-se de um evento

que aconteceu à luz do Projecto Biodiversidade e Desenvolvimento, cujo objectivo é contribuir para parar com a perda da biodiversidade até 2030 e sua recuperação até 2050.

Discursando no evento, Maurício Xerinda, representante da

IUCN em Moçambique, frisou o papel importante da FENAGRI na partilha das comunicações do projecto e para o aprofundamento deste diálogo junto dos seus membros envolvidos nas cadeias de valor do sector agrário seleccionadas pelo projecto.





Persistem divergências na fixação de preços entre produtores e compradores

O Ministério da Indústria e Comércio (MIC) afirma que persistem, em Moçambique, divergências entre os intervenientes no processo de produção e comercialização agrícola, quanto à fixação de preços.

Falando na semana em curso no programa Cartas na Mesa, da Rádio Moçambique (RM), o ministro da Indústria e Comércio, Silvino Moreno, explicou que o sector que dirige está a trabalhar no sentido de



estabelecer equilíbrio entre os produtores e os compradores.

“O papel do MIC é tentar encontrar equilíbrio entre as duas par-

tes e nós temos estado a trabalhar no sentido de perceber, a partir dos

industriais, quais são os custos que têm nesta actividade de processamento dos produtos que de facto não são vendidos ou que estão na posse dos camponeses e produtores”, anotou.

Moreno entende que, infelizmente, em algum momento os produtores têm expectativa e preços acima do que é possível pagar, daí o trabalho de compreender, efectivamente, se o preço baixo ou abaixo da expectativa que é colocado pelos processadores é, de facto, justo.

Governo aprova programa da FAO 2022/2026

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural aprovou, segunda-feira passada, em Maputo, o programa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), para o quinquénio

2022/2026.

O programa de apoio ao governo assenta em três pilares nomeadamente, a Diversificação Económica, Gestão Sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente, bem como Re-

siliência Climática e Resposta à Emergência.

O vice-ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Olegário Banze, disse que o programa é abrangente por cobrir áreas que actualmente consti-

tuem preocupação do governo.

Segundo a RM, o programa da FAO 2022/2026 vai ser implementado a nível nacional, com foco nas províncias afectadas pelos conflitos armados e eventos climáticos.

FICHA TÉCNICA

NEWSLETTER FENAGRI

Propriedade:

Federação Nacional das Associações Agrárias de Moçambique
Av. 24 de Julho, n.º 2341, 7.º Andar Direito - Porta n.º 21880,
Maputo

e-mail: info@fenagri.co.mz

www.fenagri.co.mz

EDITOR:

Jaime Cuambe

REVISÃO:

Agy Aly

DESIGN & PAGINAÇÃO:

A. Mangue & S. Coleta

FOTOGRAFIA E GESTÃO DE CONTEÚDOS:

Octávio Queface



FENAGRI

Federação Nacional de Associações
Agrárias de Moçambique